



CONSULTA 0005318-71.2012.2.00.0000**Requerente:** Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - Anamages**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA. VEDAÇÃO DE ACESSO DE JUÍZES QUE NÃO SEJAM TITULARES DE VARAS DE ENTRÂNCIA “FINAL” OU “ESPECIAL” AO QUADRO DE JUÍZES AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS. RESOLUÇÃO Nº 72/2009 – CNJ. POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO PELOS TRIBUNAIS, DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA DAS ADMINISTRAÇÕES. NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO QUANTO ÀS CONVOCAÇÕES.

1. Possibilidade de os Tribunais restringirem a convocação para auxílio em segundo grau aos juízes que sejam integrantes da entrância final ou única e titulares de juízes ou varas (artigo 7º, *caput*, da Resolução nº 72/2009 – CNJ). Previsão semelhante àquela existente no artigo 118, §1º, III da LOMAN.
2. Regulamentação da convocação dos juízes auxiliares da administração. Art. 9º e parágrafos da Resolução nº 72/2009 - CNJ. Inaplicabilidade da regra de eleição do § 1º do art. 7º. O auxílio à administração diz respeito a uma relação de confiança entre o presidente, vice-presidente e corregedor e os magistrados convocados.
3. Matéria que deve ser deixada à apreciação dos tribunais, cuja conveniência poderá justificar a regulação da convocação de juízes para auxílio à administração sob outras premissas que não aquelas que a Resolução 72/2009 - CNJ impõe obrigatoriamente à convocação para a atividade jurisdicional em 2º grau. Necessidade de justificação quanto às convocações.

RELATÓRIO

Trata-se de Consulta proposta pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS – ANAMAGES sobre a convocação de magistrados para auxílio aos Tribunais.

Aduz o consulente que a estrutura dos Tribunais Estaduais possui vários tipos de classificações de entrância tais como “inicial”, “intermediária”, “final” ou “especial” e que, em alguns Estados, tem sido vedado o acesso de juízes que não sejam titulares em varas de entrância “final” ou “especial” ao quadro de juízes auxiliares da gestão (biênio).

Entende que tal limitação provoca discriminação entre os juízes e que os magistrados com menos antiguidade podem colaborar com as administrações das Cortes, trazendo novas ideias procedimentais e tecnológicas.

Requer, liminarmente, que seja expedida recomendação aos Tribunais de Justiça, a fim que se abstenham de tal prática ou, alternativamente, em razão da proximidade do início dos novos biênios administrativos, que seja empreendida celeridade no deslinde da questão.

Por fim, pretende que o Conselho Nacional de Justiça se pronuncie sobre o tema, ceifando ou ratificando a restrição convocatória praticada por alguns Tribunais de Justiça.

É o breve relatório.

VOTO

Pretende o consulente que este Conselho se pronuncie sobre a vedação de acesso de juízes que não sejam titulares em varas de entrância “final” ou “especial” ao quadro de juízes auxiliares da gestão (biênio).

A Resolução nº 72/2009 – CNJ trata sobre o regime de convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio em segundo grau de jurisdição.

A atuação dos magistrados de primeiro grau em segunda instância poderá ocorrer, entre outros motivos, para auxílio a tribunais e juízes de segundo grau ou desembargadores, nos moldes do que dispõem os seguintes dispositivos da Resolução n. 72:

Art. 2º. A atuação de juízes de primeiro grau em segunda *instância* poderá decorrer:

(...)

III - da convocação para fins de auxílio;

Art. 5º. A convocação de juízes de primeiro grau para auxílio a tribunais e juízes de segundo grau ou desembargadores, dar-se-á sempre em caráter excepcional e quando o justificado acúmulo de serviço o exigir.

Parágrafo 1º: A convocação de juízes de primeiro grau para auxílio a tribunais e juízes de segundo grau ou desembargadores será para o exercício de atividade jurisdicional ou administrativa, restrita nesta situação ao auxílio à Presidência, Vice-Presidência ou Corregedoria do Tribunal.

O artigo 7º, *caput*, da Resolução nº 72/2009 - CNJ trata da restrição da convocação para auxílio em segundo grau aos juízes que sejam integrantes da entrância final ou única e titulares de juízes ou varas:

Art. 7º. Quando expressamente autorizados por lei federal ou estadual própria, poderão ser convocados para substituição ou auxílio em segundo grau juízes integrantes da classe ou quadro especial de juízes substitutos de segundo grau quando houver, ou integrantes da entrância final ou única e titulares de juízos ou varas, e que preencham os requisitos constitucionais e legais exigidos para ocupar o respectivo cargo.

A regra prevista na Resolução nº 72/2009 caminha na mesma linha apresentada no artigo 118, §1º, III da LOMAN:

Art. 118. Em caso de vaga ou afastamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, de membro dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais, dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais de Alçada, (Vetado) poderão ser convocados Juízes, em Substituição (Vetado) escolhidos (Vetado) por decisão da maioria absoluta do Tribunal respectivo, ou, se houver, de seu Órgão Especial: (Redação dada pela Lei Complementar nº 54, de 22.12.1986)

*§ 1º - A convocação far-se-á mediante sorteio público dentre:
(...)*

III - Os Juízes da Comarca da Capital para os Tribunais de Justiça dos Estados onde não houver Tribunal de Alçada e, onde houver, dentre os membros deste para os Tribunais de Justiça e dentre os Juízes da Comarca da sede do Tribunal de Alçada para o mesmo;

Em que pese a redação do § 1º do art. 5º da Resolução n. 72 sugerir, à primeira vista, que as referências por esta feitas a "auxílio" envolvam também as convocações para auxílio à administração, vejo que, em verdade, as regras do ato normativo se dirigem apenas ao auxílio para a jurisdição no 2º grau, como decorre do texto dos dispositivos do § 2º do art. 5º (“*imprevisível ou justificado acúmulo de serviço o exigir*”) conjugado com § 3º do mesmo artigo (“*acúmulo de serviço é reconhecido sempre que a quantidade média de distribuição de feitos no tribunal superar a capacidade média de julgamento...*”). Verifico que o dispositivo que cuida da regulamentação da convocação dos juízes auxiliares da administração é aquele do art. 9º e seus parágrafos, não me parecendo, por exemplo, que a regra de eleição do § 1º do art. 7º se aplique a eles, vez que o auxílio à administração diz respeito a uma relação de confiança entre o presidente, vice-presidente e corregedor e os magistrados convocados.

De todo modo, ainda que as regras citadas se voltem para a convocação para auxílio à atividade jurisdicional no segundo grau, penso que não haveria óbice em estendê-las para a convocação para auxílio à alta administração dos tribunais. Pelo contrário, tudo indica que as normas em vigor buscam prestigiar a experiência dos juízes que alcançaram o patamar mais alto no primeiro grau de jurisdição, sob a premissa de que essa maior experiência resultaria em maior contribuição para a gestão das cortes.

Por outro lado, não imagino porque este Conselho deva submeter indiscriminadamente todos os tribunais a essa premissa. Há casos em que, com discricionariedade, os tribunais poderão convocar para auxílio à administração juízes que não se enquadrem nos requisitos em questão, como quando, por exemplo, entenda conveniente, por uma razão ou outra, contar com a experiência peculiar de juízes que atuem no interior de um estado ou região.

Portanto, estou convencido de que a matéria deve ser deixada à apreciação dos tribunais, cuja conveniência poderá justificar a regulação da convocação de juízes para auxílio à administração sob outras premissas que não aquelas que a Resolução 72 impõe obrigatoriamente à convocação para a atividade jurisdicional em 2º grau, sendo certo que, nesse caso, toda e qualquer convocação que venha a ser feita deverá ser suficientemente justificada.

Assim, ao mesmo tempo em que entendo não haver óbice legal em condicionar a convocação de juízes para auxílio à administração à ocupação, por eles, de cargo na última entrância de primeiro grau e à titularidade de juízos ou varas, não vejo porque este Conselho deva transformar tal condição em regra a ser observada por todos os tribunais do país. A matéria, repito, encontra-se sob a conveniência das administrações.

Por todo o exposto, RESPONDO À CONSULTA nos seguintes termos: embora não haja óbice ao condicionamento da convocação de juízes para auxílio à administração dos tribunais à ocupação, por eles, de cargo na última entrância de primeiro grau e de titularidade de juízo ou vara, os tribunais podem dispor de forma diversa, caso em que toda e qualquer convocação deverá ser suficientemente justificada.

É como voto.

Após as comunicações de praxe, archive-se.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 05 de Setembro de 2012 às 20:38:55

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
da0d970e3b1a5dcc2f0efa99fa25e287



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **243175**



12101718111700000000000242467